

IMPASSES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA CRISE PANDÊMICA: QUESTÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CEARÁ¹

*IMPASSES IN SCHOOL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC CRISIS:
QUESTIONS FROM THE CEARÁ EXPERIENCE*

IMPASSES EN LA EDUCACIÓN ESCOLAR EN EL CONTEXTO DE LA CRISIS PANDÉMICA: TEMAS DE LA EXPERIENCIA DE CEARÁ

Francisca Clara de PAULA OLIVEIRA²

Eveline ALGEBAILÉ³

RESUMO: As reflexões a respeito dos desafios e impasses da educação escolar pública, realizadas neste artigo, reportam-se à atual crise sanitária e econômica vivida pelo Brasil, que tem como dois de seus principais resultados os mais de 500 mil óbitos causados por complicações da COVID 19 (Sars COVID 2) e os mais de 14 milhões de desempregados, configurando um cenário com variadas implicações diretas na escolarização. O artigo tem como objetivo discutir repercussões da pandemia da COVID 19 no Ceará, tendo como campo de análise as conexões entre as medidas adotadas pelo governo do estado no combate à pandemia e sua suficiência num cenário de assimetrias sociais de longa data e de ênfase em melhorias educacionais vinculadas a desempenhos mensuráveis. A hipótese levantada é a de que as ações do governo do estado para enfrentar os efeitos desta pandemia demonstram atenções e esforços que, porém, não dão conta de superar as desigualdades sociais que limitam estruturalmente o acesso à formação escolar e põem facilmente em risco de retrocesso os resultados alcançados na educação básica nas últimas décadas.

Palavras-chaves: Ceará; Covid 19; Educação Escolar; Desigualdade e Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO.

Existe um único lugar onde o ontem e o hoje se encontram e se reconhecem e se abraçam, e este lugar é o amanhã. (Eduardo Galeano, Livro dos abraços, 2021).

¹ Este trabalho contou com a colaboração de uma equipe de estudantes que compõem o Grupo de Pesquisa em Educação, Trabalho e Formação de Professores – GEPET(CNPq, 2008). São elas: Monalisa da Silva Mendes, Irismar Aparecida do Nascimento, Tatiana da Silva e Sheiene Gonçalves Santos.

² Professora Associada da Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato, Ceará, Brasil. Email: francisca.clara@urca.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0950-4806>

³ Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Email: ealgebaile@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0720-0772>

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2021.v22n2.p207-222>

O estado do Ceará está situado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada em 9.166.193 milhões de pessoas, sendo 77,4% vivendo em áreas urbanas e 22,6% em áreas rurais (IBGE/PNAD, 2019). Segundo estudos publicados pelo Banco Mundial (2020), “O Ceará é um estado relativamente pobre, com o seu PIB *per capita* sendo o quinto menor entre as 27 unidades federativas brasileiras – corresponde a um terço da renda *per capita* dos estados mais ricos”.

Aprofundando a constatação do Banco Mundial, afirma-se que a pobreza no Ceará tem se constituído como um problema estrutural que sobrevive aos sucessivos governos em seus diversos períodos. Para Paula Oliveira (2006), o elevado índice de pessoas vivendo na extrema pobreza, no estado, manteve-se mesmo nos períodos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), como se pode verificar em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) relativos aos períodos de 1974/1986 e 1986/1998, períodos nos quais, enquanto o PIB crescia a uma taxa média de 8,3% e 2,95%, respectivamente, no campo social, mais da metade da população cearense vivia na extrema pobreza, ou seja, em torno de 55,7% das pessoas sobreviviam com renda *per capita* inferior a R\$ 80,00.

Ao compararmos os dados de duas décadas atrás com os dados mais recentes, é possível verificar que houve melhoras, mas a desigualdade social se mantém em patamares elevados.

Dados publicados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)⁴ revelam que, em 2017, cerca de 47,6% dos cearenses tinham renda *per capita* abaixo de ½ salário-mínimo e em torno de 17% da população vivia em situação de extrema pobreza. Ainda segundo o IPECE, em 2015, somente 64,37% da população tinha acesso à rede geral de esgoto ou à fossa séptica e 93,18% à rede geral de abastecimento de água. Segundo Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020)⁵, em 2014, 29% da população cearense de 15 a 29 anos de idade não estudava ou trabalhava.

Os dados socioeconômicos supracitados ajudam a demonstrar que havia um cenário preexistente à Pandemia da COVID 19 de muita vulnerabilidade social. Entretanto, mesmo dentro dessa realidade, com um expressivo histórico de desigualdades sociais, o Ceará vinha evoluindo nos indicadores educacionais mensurados pelo MEC, com destaque para o ensino fundamental, posicionando-se entre os primeiros estados do Brasil com os melhores indicadores no *ranking* nacional do Ministério da Educação

⁴ Disponível em <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/anuario.xhtml?cid=1> Acesso em: 15 dez. 2020

⁵ Ver Panorama da educação: destaques do *Education at a Glance 2020* [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/panorama_da_educacao_destaque_do_education_at_glance_2020.pdf Acesso em: 15 dez. 2020.

(MEC).⁶ Essa afirmação pode ser confirmada no Relatório do IPECE (2020, p. 70), segundo o qual,

[...] para o ano de 2018, as conquistas na área de educação ganham destaque. Tal destaque deve-se ao fato de indicadores sociais apontarem para uma melhoria generalizada na área de educação, onde, além de reduzir fortemente o analfabetismo entre 2016 e 2018, houve também um aumento generalizado nos níveis de escolaridade alcançados. De forma comparativa em relação ao Brasil e Nordeste, destaca-se o aumento alcançado de 8,8% nos anos médios de estudos da população cearense, enquanto na população brasileira e nordestina o crescimento foi de 3,7% e 5,1%.

Entretanto, as consequências sanitárias e sociais provocadas pela COVID 19, e suas implicações diretas na educação escolar, motivam-nos a refletir sobre as ações emergenciais implantadas pelo governo do estado do Ceará e as possibilidades destas de evitarem retrocessos educacionais que poderão comprometer o futuro das novas gerações. Esta reflexão se articula com as reflexões de Santos (2021), sobre o que o novo coronavírus descortinou, após décadas de hegemonia neoliberal no mundo, em particular na América Latina e no Brasil, erguendo sociedades antissociais, segregações, discriminações e injustiças sociais, o que, segundo o autor, constituiu-se em terreno fértil para a expansão letal da doença, penalizando as populações mais pobres.

Tendo em conta essas questões, dividimos a discussão do artigo em dois subtópicos. No primeiro, apresentamos elementos da realidade política do Ceará, com foco na implantação do modelo de gestão neoliberal no estado a partir dos anos de 1980. No segundo, dedicamo-nos a analisar as políticas adotadas pelo governo estadual no combate aos efeitos da pandemia, tecendo uma discussão sobre suas limitações em face de um cenário social tão complexo e desigual.

Na fundamentação das discussões realizadas, apoiamo-nos, dentre outros, nos dados publicados pelo IPECE, em 2018 e 2020, nos Relatórios do Banco Mundial, do UNICEF e do Consórcio Nordeste, de 2020. As análises foram feitas à luz de problematizações construídas por autores como Saviani (2021), Gatti et al. (2019), Monasta (2010), Santos (2021) e Paula Oliveira (2006, 2018).

1. MODERNIZAÇÃO ARCAICA NO CEARÁ, DESIGUALDADES SOCIAIS E EFEITOS DA PANDEMIA.

Iniciamos a discussão deste tópico com uma citação de Florestan Fernandes (1987), sobre o papel que tem cumprido a burguesia brasileira ao longo da história. Para o autor (1987, p. 205), as elites nacionais recuam em assumir seu papel de paladinas da civilização ou de instrumento da modernidade, porque

⁶ Ver **Ceará lidera em resultados educacionais**. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/2021/01/04/ceara-lidera-em-resultados-educacionais> Acesso em: 17 ago. 2021.

[...] se compromete por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso, e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da realidade brasileira, mobilizando as vantagens que decorrem tanto do 'atraso', quanto do 'adiantado', das populações.

Os processos de modernização constituídos nesse prisma foram analisados pelo autor como processos de modernização arcaica, por portarem formas de incorporação ou desenvolvimento de inovações ancoradas na exploração de aspectos arcaicos da organização econômico-social.

Entendemos que a situação presente do estado do Ceará não pode ser efetivamente entendida se não levarmos em conta os processos precedentes que legaram ao estado as condições a partir das quais precisa responder a uma situação aguda de crise.

Tendo isto em consideração, cabe observar, como já discutimos em outra oportunidade (PAULA OLIVEIRA, 2006), aspectos da organização e ascensão política do empresariado cearense que teriam influência decisiva na atuação econômica e social do governo estadual nas últimas quatro décadas.

Até o início da década de 1980, o estado do Ceará era predominantemente marcado por formas de relações e práticas políticas tradicionais que eram conhecidas, no Brasil, como a *política dos coronéis*. Com o declínio da Ditadura Militar que havia perdurado por duas décadas (1964-1985) e o início do processo de redemocratização, ocorre, no estado, a formação de um movimento político protagonizado por empresários que defendiam alterações expressivas na atuação estatal, orientadas pela expectativa de que, pela via do uso do fundo público no apoio às indústrias e aos serviços, seria possível promover a expansão dos empregos e o desenvolvimento social. Apresentando-se como oposição ao chamado grupo dos coronéis e, por conseguinte, ao modelo de desenvolvimento econômico executado por estes, esse grupo de empresários, denominado de “mudancistas”, ascendeu ao governo do estado nas eleições de 1986 e, a partir de então, mesmo que com alterações internas na sua composição, vem mantendo uma significativa hegemonia no cenário político cearense.

Nesse contexto, o Ceará se tornou um dos estados pioneiros, após a redemocratização, na adoção de medidas de ajuste fiscal e administrativo para diminuir as despesas públicas, resultando, entre outros aspectos, na demissão de cerca de 40.000 servidores públicos, que levaria a uma impactante redução dos gastos com pessoal no estado: a folha salarial que em 1987 correspondia a 52,4% do orçamento estadual, apenas 3 anos depois, em 1990, já representava apenas 30,7% .

As conexões entre o modelo de gestão do estado e o modelo de desenvolvimento adotado na chamada era Jereissati⁷ são claras e a aplicação desses modelos resulta em formas de produção e reprodução da miséria social⁸ que têm efeitos duradouros de difícil superação.

Alguns indicadores sociais mais recentes ilustram bem essa situação. Segundo o IBGE (2010) e o IPECE (2020), em 2000, ano que expressa os resultados das políticas recessivas hegemônicas tanto no nível federal de governo, quanto no nível estadual, no caso do Ceará, 22% da população cearense vivia na extrema pobreza. Em 2010, como resultado de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social, particularmente relacionado aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no nível federal, a partir de 2003, marcados pela adoção de políticas de investimento público na dinamização territorialmente descentralizada de infraestrutura e serviços, por políticas de expansão parcial do poder de compra dos segmentos populacionais mais pobres relacionadas à recomposição progressiva do valor dos salários e à adoção de políticas distributivas de renda, bem como pela expansão do perfil e do alcance de políticas sociais – esse percentual havia diminuído para 10,5%.

Essa tendência, porém, não se sustentaria indefinidamente, já que, em 2018, como expressão de um novo ciclo recessivo, esse percentual havia alcançado o patamar de 12,5%, taxa que, em números absolutos, significa que 1.131 milhões de cearenses viviam com menos de dois dólares por dia, o que equivale a R \$11,00, aproximadamente.

Além do aspecto econômico, outros dados relativos ao ano de 2018 mostram que, no período imediatamente anterior à eclosão da pandemia, o Ceará convivia com indicadores sociais ainda muito negativos, como no caso da persistência do analfabetismo adulto (13,3%)⁹ e da desigualdade abissal da renda entre ricos e pobres¹⁰. São dados que expressam certas condições estruturais de acesso às oportunidades econômicas e a serviços públicos, condições cuja alteração não pode se dar no curto prazo, dependendo de políticas duradouras, de sentido inverso às políticas recessivas.

É sobre essas condições que ocorreria a crise sanitária, cujas características fundamentais – propagação de doença altamente contagiosa de etiologia e desdobramentos pouco claros, difundida em situações de proximidade física entre as pessoas e com risco expressivo de agravamento e letalidade – levaram, em grande número de países, à imediata suspensão de atividades presenciais em ambientes de uso coletivo.

⁷ Ver BARREIRAS, I. A. F. *Pensamento, palavras e obras*. In: **Era Jereissati (modernidade e mito)**. Fortaleza: Demócrito Rocha. 2002.

⁸ Ver ARAÚJO, M. N. O. **A miséria e os dias**: história da mendicância no CE. São Paulo: HUCITEC. 2000. 383 p.

⁹ Apesar de uma trajetória de significativo descenso – considerando-se que em 2003, segundo os dados apresentados no Relatório do IPECE (2018), a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 22,8% - o percentual de 13,3% parece-nos muito expressivo, indicando a persistência de segmentos populacionais não alcançados pela escola.

¹⁰ Segundo IPECE (2018), a desigualdade é abissal quando se compara a proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população, que é de 44,1, com a proporção acumulada pelos 40% mais pobres, que é de apenas 10.2%.

A suspensão do funcionamento escolar foi uma medida inicial praticada na maioria dos lugares nos quais a pandemia chegava com taxas expressivas de contágio. Após a suspensão do funcionamento presencial, também foi bastante frequente a gradual retomada das atividades formativas de modo remoto, por meio de tecnologias de informação e da reorganização do ensino em conformidade com as novas condições. As perdas formativas vinculadas a esse processo, ainda mais em seus momentos iniciais, de experimentação incipiente das novas relações, dinâmicas e recursos formativos possíveis, foram inevitáveis e atingiram sistemas de ensino e sociedades de diferentes portes e condições.

Mas a retomada dos processos formativos escolares para os segmentos populacionais mais pobres e para os sistemas e instituições de ensino menos estruturados é incomparavelmente mais difícil, já que, para esses segmentos, essa retomada tende a ser limitada por condições objetivas e subjetivas variadas, complexas e de difícil superação no curto e mesmo no médio prazo.

Neste caso, as condições econômicas, sociais e institucionais prévias têm um peso decisivo. O baixo acesso aos meios tecnológicos implica em especificidades culturais que limitam a plena e imediata conversão das aulas presenciais em aulas remotas. A baixa cultura escolar da família e o baixo acesso às práticas de leitura limitam o acompanhamento remoto e orientação familiar do estudo. A crise econômica decorrente da própria expansão da crise sanitária pesa infinitamente mais sobre os que não têm reservas financeiras nem garantias de provisão de artigos básicos. E a alteração abrupta de uma condição econômica que já era limitada repercute de variados modos sobre as condições das famílias e das crianças e jovens de acompanharem um processo formativo que não lhes é conhecido. As condições de moradia, por sua vez, dificultam o pleno acompanhamento de sessões remotas em um contexto em que a maior exposição ao contágio e a baixa resolutividade do sistema de saúde desestruturam a vida cotidiana nos mais singulares aspectos.

Não por acaso, em Relatório da UNICEF, de 2020, observou-se que as principais vítimas da exclusão escolar no contexto da pandemia, no Brasil, vêm sendo as crianças e jovens oriundas das camadas mais pobres da população, as que tentam sobreviver com baixa ou nenhuma renda. E isto não foi diferente para o estado do Ceará, cujos riscos de exclusão escolar interpelam os dados indicativos de expressivos avanços até o ano de 2019.

A forma particularmente rápida e intensa como os avanços até então obtidos revelam-se incapazes de minimizar os efeitos do quadro emergencial instalado com a pandemia parece indicar o extraordinário e decisivo peso das demais condições precedentes no enfrentamento da nova situação. E isto nos reporta a um legado histórico de desigualdades que não se devem apenas à era do coronelismo. São também implicadas com a forte presença da perspectiva neoliberal na gestão pública, impondo a ideia de que o incremento econômico, por si, gera desenvolvimento social, quando,

na verdade, sabemos que o crescimento econômico constituído a partir de modelos que não problematizam a exploração do trabalho e as desigualdades daí decorrentes tende à reiteração das formas desiguais de repartição da riqueza, incluindo a falta de investimento público em políticas vinculadas à garantia de direitos juridicamente reconhecidos.

No estado do Ceará, essa perspectiva se mostrou fortemente presente desde a segunda metade da década de 1980, com a ascensão do movimento mudancista ao governo estadual e sua adesão à política de reforma do Estado que se constituiria como um dos elementos centrais das duas gestões presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir de meados da década de 1990. A vigência dos elementos estruturais dessa perspectiva, no entanto, excede a vinculação direta dos governos a um modelo de gestão plenamente neoliberal, revelando-se a partir de então, ainda que com especificidades, também em governos não mais alinhados politicamente ao movimento mudancista: os governos de Cid Gomes¹¹ (2007-2011 e 2012-2016) e de Camilo Santana¹² (2016-2020 e 2021-2023)¹³.

Como observa Santos (2021), o novo coronavírus descortinou a indisposição e a incapacidade do modelo neoliberal de governança do Estado em pactuar reformas estruturais que, além de assegurarem à população condições sólidas de segurança alimentar, escola de qualidade, segurança pública, transporte de qualidade e saúde pública, pudessem, em uma situação extraordinária, como a de pandemia, servir de proteção efetiva e eficiente às suas consequências sanitárias, econômicas e sociais. Como destaca o autor, mesmo quando “[...] o Estado preexistente à avalanche neoliberal adotara políticas de proteção social, o capitalismo neoliberal tudo fez para incapacitar o Estado para as funções de proteção” (SANTOS, 2021, p.144).

No caso do Brasil, as condições sociais, econômicas e estatais que precederam o advento do neoliberalismo eram ainda definidas por um acúmulo histórico de desigualdades de difícil superação, particularmente as desigualdades econômicas implicadas com práticas que têm grande importância para o acompanhamento do processo formativo, como as práticas de leitura, o acesso regular a ambientes propícios ao estudo e o uso orientado de equipamentos de informação. Parte importante dos avanços que vinham ocorrendo desde a década de 2000 foi rapidamente descontinuada e mesmo solapada a partir de meados da década de 2010, quando o acirramento de uma crise política e econômica pavimentou um golpe institucional vinculado à restauração de forças conservadoras alinhadas com o programa neoliberal.

A crise pandêmica se realizou sobre esse quadro, no qual a suspensão da frequência escolar cotidiana representou, para grande parte dos segmentos escolares pobres, a

¹¹ Do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na primeira gestão, e do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), na segunda.

¹² Do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹³ Ver documento “Os 7 ceará’s”. Plano estratégico de governo. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf> Acesso em 10 Mar. 2019

supressão da única ou principal mediação que tinham com as práticas e saberes necessários à aprendizagem escolar. No entanto, em vários estados brasileiros, como no caso do Ceará, as medidas de suporte à retomada da formação escolar parecem ser dirigidas, predominantemente, à provisão de insumos básicos, necessária, mas insuficiente para o enfrentamento da situação de apartação da formação escolar que a partir de então começou a ocorrer.

2. AS AÇÕES DE COMBATE À EXCLUSÃO E DE SUPORTE À REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CEARÁ, NO CONTEXTO PANDÊMICO

No primeiro Relatório publicado pelo Consórcio Nordeste¹⁴, em junho de 2020 (p. 1), foi observado que,

O Ceará descobriu casos confirmados já no mês de janeiro. Na semana epidemiológica (SE) 1 deste mês em 2020, o estado já tinha 2 municípios com casos confirmados da COVID-19; na semana 6, eram 10 municípios; e na semana 12, quase 1/3 dos municípios já tinham casos confirmados da COVID-19. O resultado desta investigação não só faz do Ceará o primeiro estado a ter casos na região, como pode explicar a intensidade da epidemia nesse estado.

Segundo os dados publicados pela Plataforma IntegraSus¹⁵, os óbitos acumulados pelo estado desde o início da pandemia haviam chegado a 24.138 mil em agosto de 2021, o que põe o Ceará na primeira posição em taxa de óbitos por 100 mil habitantes na região Nordeste. Para além do aspecto sanitário, a pandemia tem agravado a situação do desemprego no Ceará. Nos dados publicados pelo IPECE em 2020, em documento intitulado “Termômetro do Mercado de Trabalho Nº 16”¹⁶, a taxa de desocupação no Ceará, que era de 14,2% em 2017, subiu para 15,1%, no primeiro trimestre de 2021, acima da média nacional, que chegou a 14,7 no mesmo período.

O mesmo relatório do Consórcio Nordeste, ao discutir os impactos da desigualdade de renda na expansão acelerada e letal do vírus no estado, observa que “o Ceará apresenta o segundo melhor IDH, mas tem o quarto pior rendimento domiciliar per capita, 42% da sua população vive abaixo da linha de pobreza; quase 2/3 da sua

¹⁴ Ver Comitê Científico – Consórcio Nordeste - Subcomitê de Epidemiologia - 1o Relatório COVID 19 - Região Nordeste. Criado em 2019, o Consórcio Nordeste foi uma iniciativa dos governadores da região como desdobramento político após as eleições para a Presidência da República em 2018. O NE foi a região na qual o atual presidente obteve menos votos. O objetivo do consórcio é coordenar as ações políticas regionais no enfrentamento ao governo federal. Com a pandemia, uma das primeiras iniciativas foi a criação do Comitê Científico para assessorar o Consórcio nas ações de combate à pandemia. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qonQ_N8SQvgMrhCgST216z6OUgBvM7hk/view Acesso em: 15 Ago. 2021.

¹⁵ Disponível em: <https://integrasus.saude.ce.gov.br/#/indicadores/indicadores-coronavirus/obitos-covid> Acesso em 15 Ago. 2021.

¹⁶ Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/09/Termometro_do_Trabalho_2trim_2021_16.pdf Acesso em: 15 Set. 2021.

população estava empregada na semana de referência, e perto de 30% tinha trabalho informal.” (PRIMEIRO RELATÓRIO CONSÓRCIO NORDESTE, 2020, p. 7)

Dados como esses mostram as limitações de indicadores sintéticos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como referência para a análise de políticas públicas. As evoluções positivas e as boas posições nos *rankings* dão a impressão de uma melhora geral que pode não corresponder às condições reais de organização da vida coletiva dos diferentes segmentos populacionais. Um índice positivo, neste caso, pode ocultar a intensidade e a escala de ocorrência das situações de maior destituição, que deveriam ter destaque do debate público sobre as ações necessárias para sua efetiva superação.

A eclosão da pandemia de Covid-19 suscitou, nos mais diversos países, um intenso debate sobre as medidas necessárias para se conter a disseminação dos contágios. No Brasil, esse debate, em nível nacional, deu-se de forma extremamente conflituosa. A demora do governo federal em estabelecer quadros claros e coerentes de prioridades, bem como sua recusa em reconhecer adequadamente a gravidade da doença e em definir orientações e aportes às políticas públicas capazes de darem o devido suporte à reorganização da vida coletiva, no contexto de crise sanitária, praticamente obrigaram que os estados da federação assumissem um decisivo protagonismo na condução da crise.

Os estados do Nordeste se notabilizaram, nesse processo, pela valorização de um espaço conjunto, regional, de análise, debate e proposição, espaço este vinculado ao já então existente Consórcio Nordeste.

Desde então, vários âmbitos da vida coletiva afetados pela pandemia e pela imprevisibilidade de sua duração e de seus desdobramentos se tornaram objetos de estudos e proposições, ganhando destaque imediato as questões relativas à saúde pública, às atividades econômicas e às condições de acesso à renda. Com relação à educação escolar, o pouco que se conhecia sobre o contágio da doença suscitou, de imediato, a suspensão do funcionamento das escolas, particularmente nas redes públicas. Só gradualmente, conforme alguns aspectos da trajetória provável da pandemia iam se tornando claros, evidenciando que sua vigência podia ser duradoura, os sistemas de ensino passaram a elaborar estratégias de retomada não presencial das atividades formativas.

Se a retomada presencial da formação escolar mostrou-se, desde o início, dependente do controle da doença (especialmente via redução dos riscos de contágio, do agravamento e da letalidade por meio de vacinação e desenvolvimento de adequado atendimento à saúde, bem como via reorganização do espaço escolar com base em medidas de controle sanitário), a retomada não presencial foi debatida, especialmente, em termos do estabelecimento de formas remotas de realização do ensino, com destaque para as possibilidades de uso de meios tecnológicos de comunicação à distância como suporte para a realização do processo formativo. Nesse quadro de discussão, a ênfase no ensino remoto mobilizou significativa atenção para a necessidade de acesso a

equipamentos e meios que viabilizassem a comunicação à distância, como celulares, tablets, computadores e redes de acesso à internet.

Enquanto, no nível nacional, o debate sobre as ações de suporte social no contexto pandêmico ficou principalmente concentrado na necessidade de uma medida de provisão de renda que fizesse frente ao quadro econômico-social, nos níveis estadual e municipal o debate deu evidência a um espectro mais amplo de aspectos.

No site do governo estadual do Ceará¹⁷, é possível encontrar informações sobre as ações, projetos e programas implementados desde então pelo executivo estadual no combate aos efeitos da pandemia na vida dos cearenses.

A primeira ação que se destaca é a criação de um Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus, que “[...] constitui instância de acompanhamento, incentivo e proposição de medidas que contribuam para o combate à pandemia e para a transparência das ações relacionadas ao painel epidemiológico e aos recursos aplicados no enfrentamento à pandemia no Estado”. (CEARÁ, 2021). No mesmo site, estão apresentadas as medidas de apoio às famílias que preenchessem os critérios sociais estabelecidos pelo governo, tais como: ter perfil de baixa renda, estar cadastrado nos programas sociais do governo federal, como Bolsa Família, e/ou nos projetos de assistência social, como os vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A análise dos programas informados nos possibilita perceber um espectro amplo de ações com vigências e regularidades distintas, que envolvem, dentre outras:

- a) medidas relacionadas à redução ou isenção dos custos de serviços básicos, como no caso dos serviços de fornecimento de água para as famílias com consumo de até 10m³ ao mês (meses iniciais dos anos de 2020 e 2021) e das tarifas de energia elétrica para famílias que consomem até 100 kwh (abril e junho de 2020 e abril e maio de 2021);
- b) medidas de suporte financeiro a categorias laborais específicas cujas atividades foram particularmente atingidas no contexto pandêmico, como no caso dos catadores de materiais recicláveis (2020 e janeiro e abril de 2021) e profissionais do setor de eventos (abril e maio de 2021);
- c) medidas de suporte fiscal e de crédito a setores e segmentos produtivos atingidos no mesmo contexto, como os setores de bares e restaurantes (março e maio de 2021), microempreendedores e trabalhadores de outros segmentos (Ceará Credi específico para período da pandemia, em maio de 2021);
- d) medidas de concessão de renda mínima para segmentos populacionais que registraram redução de renda familiar em decorrência da pandemia, como o

¹⁷ Governo do Estado do Ceará. Dados organizados pelas autoras. Disponível em: <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/coronavirus?locale=pt-BR> Acesso em: 17 ago. 2021.

Cartão Mais Infância (março e dezembro de 2020 e janeiro e março de 2021) para famílias;

- e) medidas de suporte à participação no processo formativo remoto, como o Vale Alimentação de R\$80,00, kits alimentação e chips para estudantes do ensino superior, kit alimentação echips para estudantes do ensino médio, tablets para ingressantes do 1º ano do ensino médio.

É importante observar que algumas medidas se vinculam a ações precedentes, cujas bases organizacionais e funcionais de realização davam suporte à rápida implementação das novas ações vinculadas à conjuntura da crise sanitária. Outro aspecto a destacar é que se trata de ações estaduais claramente definidas em complementação às medidas federais pré-existentes ou estabelecidas no contexto pandêmico. De todo modo, ressalta-se, nesse caso, o caráter extraordinário e temporário das medidas, em clara diferença com a maior sistematicidade das ações de gestão da educação escolar.

A esse respeito, identifica-se no *site* da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), uma expressiva variedade de materiais normativos, instrutivos e de orientação técnica e pedagógica. No que diz respeito às normas, chama atenção a participação dos diversos órgãos do estado na criação de dispositivos legais que orientarão o funcionamento do sistema escolar de ensino. No conjunto destes dispositivos destaca-se a observância à Lei Federal nº14.040, de 2020, que “estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública”, ao Parecer do Conselho Estadual de Educação, CEE nº 299/2020, que

[...] baixa normas complementares para as instituições pertencentes ao Sistema de Ensino do Estado do Ceará, e para as instituições dos sistemas municipais que a ele se integrem, orientando sobre o encerramento do ano letivo de 2020 e sobre como proceder em relação aos registros de escrituração escolar, e dá outras providências,

e à Resolução do CEE nº 487/2020, que altera o artigo 2º da Resolução CEE nº 481, de 20 de março de 2020, dispondo “sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais (remotas) no Sistema de Ensino do Estado do Ceará”, considerando a reorganização e o cumprimento do calendário letivo dos anos de 2020 e de 2021, dentre outras providências relacionadas ao incerto contexto pandêmico.

É importante destacar o papel orientador do Conselho Estadual de Educação nesse processo, recomendando, na Resolução supracitada, com maior detalhamento, que o governo estadual se empenhasse em ações relacionadas: à contenção da propagação do coronavírus, cumprindo orientações sanitárias, promovendo e estimulando o isolamento social; à organização do calendário letivo, considerando a excepcionalidade do momento

e observando a necessidade de não sobrecarregar professores, servidores e estudantes no exercício de suas funções, bem como a necessidade de minimizar os prejuízos no alcance dos objetivos de aprendizagem; ao asseguramento do “cumprimento das 800h letivas, no ensino fundamental e no ensino médio, cuidando da qualidade do ensino e respeitando o direito subjetivo à aprendizagem dos estudantes”; à proposição de alternativas de atividades domiciliares e de ensino remoto, a fim de evitar maiores perdas pedagógicas, além das provocadas pela paralisação inicial das aulas, e também com o fim de manter o vínculo dos estudantes com as escolas; ao planejamento do retorno às atividades presenciais, quando possível, garantindo o cumprimento dos protocolos, sanitário e pedagógico, dentre outros aspectos.

Tendo por referência esses documentos, o estado do Ceará editou grande número de decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da crise sanitária e de seus efeitos econômicos e sociais, declarando a necessidade de ações de isolamento social, entre as quais a suspensão das atividades escolares presenciais. A respeito da reorganização da formação escolar, é possível perceber que as medidas adotadas pelo governo do estado se efetivam em três principais dimensões: normas para o período de atividades presenciais; orientações e materiais de apoio e suporte para as atividades domiciliares; e compartilhamento de práticas para subsidiar o processo de ensino à distância. No que tange ao aspecto normativo, cabe destacar que a Seduc publicou, em 16 de dezembro de 2020, um documento intitulado “Diretrizes para o ano letivo de 2021”, no qual incorpora ao planejamento e orientações estaduais a proposta do calendário escolar construída com a União dos Dirigentes Municipais de Educação¹⁸, sendo este um dos registros importantes das tentativas de realização de decisões e ações coordenadas e colaborativas entre o estado e os municípios cearenses.

As disposições e orientações da Seduc também abrangeram critérios e procedimentos a serem adotados no retorno às aulas presenciais, no início de 2021, incluindo orientações sobre medidas proteção à saúde dos professores, alunos e colaboradores, bem como de biossegurança dos ambientes, e apresentando um modelo de ferramentas para apoiar a tomada de decisões dos responsáveis dos alunos sobre o retorno das aulas presenciais, já que foi facultada às famílias a decisão de retorno presencial ou manutenção de atendimento remoto ou híbrido, assegurando-se a realização das ações escolares correspondentes.

Com relação aos materiais de apoio e suporte para as atividades domiciliares¹⁹, foi elaborado e disponibilizado um documento intitulado “Guia de orientações para o ensino híbrido/remoto”, que tem sido objeto de discussão nos encontros promovidos pela

¹⁸ A UNDIME, é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF, representa a diversidade do país, ao reunir os gestores dos 5.570 municípios brasileiros e integra à Campanha Nacional pelo Direito à educação que reúne mais de 200 organizações. disponível em: <https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime> Acesso em: 1 ago. 2021.

¹⁹ Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/03/30/material-de-apoio-e-orientacoes-para-o-periodo-de-suspensao-das-atividades-presenciais/> Acesso em: 10 ago. 2021.

Seduc com profissionais da educação básica e do ensino superior. O referido documento chama a atenção para o uso das tecnologias de informação no retorno presencial das aulas para efetivação do ensino híbrido.

Quanto ao compartilhamento de práticas para subsidiar o processo de ensino à distância, foram publicados planos de formação para os gestores escolares, de apoio aos estudos domiciliares e de orientações embasadas nas novas normativas de regulação da educação neste contexto da pandemia.

Esses são exemplos de ações inscritas no âmbito da gestão educacional cuja efetivação foi ao menos parcialmente favorecida por sua conjugação com as medidas denominadas de “apoio às famílias”. Ilustram, de nosso ponto de vista, a extensão e a variedade de frentes de atuação que se buscou conjugar no contexto pandêmico, abrangendo funções de coordenação e colaboração federativa, de reorganização institucional e pedagógica, bem como de provisão de condições básicas ou mínimas com vistas a favorecer o funcionamento institucional e a participação nos processos formativos.

As principais observações críticas que se pode fazer, portanto, não são relacionadas à **inação, mas aos próprios limites das ações propostas que, inevitavelmente, esbarram em situações econômicas, sociais e institucionais cuja persistência histórica implica a manutenção ou até mesmo intensificação de condições expressivamente desiguais para que o jogo da formação escolar seja jogado segundo a regras imperativas da situação emergencial.** As dificuldades de acompanhamento escolar evidenciadas no contexto pandêmico, em todo o Brasil, mostram, também, a fragilidade das políticas dirigidas para a melhoria de desempenho, evidenciando o quanto são incapazes de alterar substantivamente as condições das famílias se relacionarem de forma duradoura com a formação escolar. Suas dificuldades dramáticas em manterem essa relação no contexto pandêmico evidenciam fragilidades econômicas, sociais e institucionais que precisam se tornar foco real de políticas orientadas para a superação efetiva, e não apenas para a atenuação, das desigualdades abismais que apartam objetiva e subjetivamente as populações pobres de formas mais favoráveis de relação com a escolarização

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro de aspectos e questões aqui apresentado possibilita observar que o não acesso à escola é um problema grave capaz de provocar retrocessos no processo formativo imensuráveis para a população mais pobre, mesmo quando seus variados segmentos vinham sendo incorporados à escola com maior regularidade e em melhores condições²⁰.

²⁰ Ver Paula Oliveira, Francisca Clara de. **O FUNDEB e a Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica: uma nova regulação para a valorização do trabalho docente?** in: Trabalho docente sob fogo cruzado. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

Também possibilita perceber a necessidade de problematizar o projeto ético-político em curso no Ceará, tendo como referência um conceito mais amplo de pobreza e um programa de ações capazes de efetivamente acelerarem e intensificarem não simplesmente os índices de desempenho escolar, mas principalmente a superação realdo grande déficit histórico de direitos e de condições de vida coletiva.

No que diz respeito à pobreza, é preciso que as condições de destituição econômica e social sejam radicalmente reconhecidas como um problema histórico e multidimensional, que ultrapassa o aspecto monetário, circunscrito à medição das faixas da renda, ou as questões relacionadas às oportunidades de acesso ao “mercado do trabalho”. As múltiplas destituições que compõem os complexos quadros de pobreza funcionam como limites severos para a própria realização de políticas públicas referidas a direitos sociais.

A educação escolar não foge a essa regra. Ela é fundamental para proporcionar novas condições de participação política, econômica e social. Mas pouco pode se não existe vinculada ao enfrentamento decisivo das outras destituições.

Neste trabalho procurou-se dialogar com a ideia de que as ações emergenciais de combate à pandemia no estado do Ceará, por mais estruturadas e abrangentes que sejam, tendem a ter seus efeitos diminuídos, em virtude das condições estruturais vivenciadas historicamente pelo estado. No cerne deste trabalho, portanto, está a ideia de contribuir com um projeto ético-político que possibilite ao Ceará um futuro enraizado num modelo de desenvolvimento que priorize o combate à concentração de renda e riqueza e a superação do analfabetismo, da pobreza e da extrema pobreza; que promova a democratização do acesso à moradia, da água, do saneamento e da cultura. Que jogue a favor da formação de uma cidadania ativa, assentada em condições adequadas de participação econômica, social e política.

Essa ideia nos motiva a superar a visão economicista no âmbito da educação, quando o “homo economicus” se sobrepõe ao “homo sapiens”, e quando a avaliação por resultados se sobrepõe à educação como uma formação humana ampla.

É uma ideia conjugada a lutas históricas para que a educação não se transforme em instrumento de segregação dos pobres e para que as situações de pobreza não se tornem uma justificativa para novas formas de exclusão dentro da exclusão. A experiência da pandemia está ensinando que os reconhecimentos parciais de direitos desabam nos primeiros ventos das situações emergenciais. Sua parcialidade faz com que as situações de crise mutilem, isolem e silenciem os sujeitos, faz com que se desmoronem suas conexões com âmbitos importantes da vida coletiva, como o das relações formativas escolares. E a construção ou reconstrução dessas “conexões” não se faz por meio da recuperação de “bons resultados”; só se realiza verdadeiramente por meio da construção radical de novas bases.

OLIVEIRA, F. C. P.; ALGEBAIL, E. B. Entrepreneurship and privatization of public schools in the municipality of Nova Iguaçu-RJ: educational policy in the context of the pandemic. *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 2, p.207-222, Jul./Dez., 2021.

ABSTRACT: The reflections on the challenges and impasses of public school education, carried out in this article, refer to the current sanitary and economic crisis experienced by Brazil, which has as two of its main results the more than 500 thousand deaths caused by complications of COVID 19 (Sars COVID 2) and the more than 14 million unemployed people, configuring a scenario with varied direct implications for schooling. The article aims to discuss the repercussions of the COVID 19 pandemic in Ceará, having as a field of analysis the connections between the measures adopted by the state government to combat the pandemic and its sufficiency in a scenario of longstanding social asymmetries and emphasis on improvements education linked to measurable performance. The hypothesis raised is that the actions of the state government to face the effects of this pandemic demonstrate attention and efforts that, however, fail to overcome the social inequalities that structurally limit access to education and easily put them at risk of setback the results achieved in basic education in recent decades.

Keywords: Ceará; COVID-19; Schooling; Inequality and Neoliberalism.

RESÚMEN: Las reflexiones sobre los desafíos y callejones de la educación en las escuelas públicas, realizadas en este artículo, hacen referencia a la actual crisis sanitaria y económica que vive Brasil, que tiene como dos de sus principales resultados las más de 500.000 muertes por complicaciones del COVID 19 (Sars COVID 2) y los más de 14 millones de parados, configurando un escenario con variadas implicaciones directas para la escolarización. El artículo tiene como objetivo discutir las repercusiones de la pandemia COVID 19 en Ceará, teniendo como campo de análisis las conexiones entre las medidas adoptadas por el gobierno estatal para combatir la pandemia y su suficiencia en un escenario de asimetrías sociales de larga data y énfasis en mejoras educativas. vinculado a un rendimiento medible. La hipótesis planteada es que las acciones del gobierno estatal para enfrentar los efectos de esta pandemia demuestran atención y esfuerzos que, sin embargo, no logran superar las desigualdades sociales que limitan estructuralmente el acceso a la educación y fácilmente ponen en riesgo de retroceso los resultados alcanzados en educación básica en las últimas décadas.

Palabras claves: Ceará; Covid 19; Educación escolar; Desigualdad y neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. N. O. **A miséria e os dias:** história da mendicância no CE. São Paulo: HUCITEC. 2000. 383 p.

BANCO MUNDIAL. **O Ceará é um modelo para reduzir a pobreza de aprendizagem.** Relatório. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/200981594196175640/pdf/The-State-of-Ceara-in-Brazil-is-a-Role-Model-for-Reducing-Learning-Poverty.pdf> Acesso em: 01 dez. 2020

BARREIRAS, I. A. F. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.) **Era Jereissati (modernidade e mito)**. Fortaleza: Demócrito Rocha. 2002.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE. **Indicadores sociais do Ceará - 2018**. Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/03/Indicadores_Sociais_2018.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE. **Indicadores sociais do Ceará - 2012, 2015, 2017**. Fortaleza: IPECE, 2017. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/anuario.xhtml> Acesso em: 01 abr. 2021.

CEARÁ. **Ações de apoio às famílias cearenses 2021**. Site Oficial do Governo do Estado. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/acoes-de-apoio-as-familias-cearenses> Acesso em: 17 ago. 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GATTI, B. A. BARRETO, E. S. S. ANDRÉ, M. E. D. A. et al. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília, DF: UNESCO, 2019. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf Acesso em: 01 mar. 2020.

MONASTA, A. **Antônio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf> Acesso em: 10 mai. 2016.

KELMA, M. A. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Revista Psicologia**. São Paulo, v. 32, e200067, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS> Acesso em 15 Ago. 2021.

PAULA OLIVEIRA, F. C. **O novo sistema de formação profissional brasileiro: análise crítica exemplificada na experiência cearense**. 2006. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos.

SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**. São Paulo. Boitempo. 2021.

SAVIANI, D. Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto. **Universidade e Sociedade**. Brasília, DF, ano XXXI, n. 67, jan., p. 36-49, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf Acesso em: 15 jul. 2021.

Submetido em: 22/09/2021

Aceito em: 17/11/2021